



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA considera criança a pessoa

- (A) entre doze e dezesseis anos incompletos.
- (B) até doze anos de idade incompletos.
- (C) até quatorze anos de idade incompletos.
- (D) até dezoito anos.

2. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. A garantia de prioridade compreende, **EXCETO**:

- (A) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- (B) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- (C) precedência em relação aos idosos de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
- (D) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

3. De acordo com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada.
- (B) A colocação da criança ou adolescente em família substituta será precedida de sua preparação e acompanhamento anterior, realizados pelo Conselho Tutelar, e, em último caso, com o apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.
- (C) Na apreciação do pedido levar-se-á em conta apenas o grau de parentesco, a fim de evitar ou minorar as consequências decorrentes da medida.
- (D) Os grupos de irmãos não são colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta.

4. De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, incumbe ao Poder Público, em todos os níveis e modalidades de ensino, assegurar, criar, desenvolver, implementar e incentivar a convivência escolar num sistema educacional inclusivo. O direito à educação inclusiva tem como pressuposto

- (A) a ampliação de vagas para crianças e adolescentes em escolas especiais, desde que se comprove a capacidade do aluno e com a adaptação dos currículos, métodos e técnicas pedagógicas.
- (B) a ampliação de escolas especiais para as crianças e adolescentes, de acordo com seu grau de deficiência.
- (C) a inclusão de crianças e adolescentes em escolas regulares, desde que tenha acompanhamento de um familiar.
- (D) a inclusão de crianças e adolescentes em escolas regulares, com a garantia de preparação da escola e o aprimoramento dos sistemas educacionais.

5. A criança e o adolescente têm direito à _____, ao _____ e à _____ como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas acima.

- (A) vida / aconchego / individualidade
- (B) privação / senso moral / moradia
- (C) liberdade / respeito / dignidade
- (D) dieta balanceada / acolhimento / socialização

6. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, a Proteção Social Básica deverá

- (A) desenvolver serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade social apresentada.
- (B) uma vez identificada a situação de vulnerabilidade, oferecer benefícios de transferência de renda com primazia à oferta de serviços.
- (C) atuar em situações de risco social, tornando-se referência na discussão da violência urbana e elaboração de propostas para seu enfrentamento em caráter territorial.
- (D) oferecer o básico à famílias e indivíduos cuja situação de vulnerabilidade vivenciada deflagrem questões de privação dos bens de consumo.

7. De acordo com Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS pode ser definido como

- (A) unidade destinada às crianças, aos adolescentes, aos jovens, aos idosos, às pessoas com deficiência e às pessoas em situação de rua que tiverem seus direitos violados e, ou, ameaçados.
- (B) unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social que executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços sócio-assistenciais locais da política de assistência social.
- (C) unidades públicas destinadas à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social.
- (D) organizações conveniadas localizadas em áreas de vulnerabilidade social que executa serviços de proteção social básica.

8. Segundo o Estatuto do Idoso, é obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que

- (A) permitam a escolha de família substituta para os idosos abandonados.
- (B) promovam ações recreativas e de lazer em primazia das demais.
- (C) efetivem o controle orçamentário público para este seguimento.
- (D) permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

<p>9. De acordo com o Estatuto do Idoso, prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso é dever</p> <p>(A) de todos. (B) exclusivo da família. (C) do Conselho Municipal do Idoso. (D) da Delegacia do Idoso.</p>	<p>13. De acordo com o disposto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais no que se refere ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Consiste no trabalho social com famílias, de caráter não continuado, com a finalidade de fortalecer a função assistencialista das famílias e prevenir a ruptura dos seus vínculos. (B) Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. (C) O trabalho social do PAIF não deve utilizar-se de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos. (D) As ações do PAIF devem possuir caráter terapêutico.</p>
<p>10. Segundo o Estatuto do Idoso, a política de atendimento ao idoso far-se-á por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. São linhas de ação da política de atendimento:</p> <p>I. Políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que necessitarem. II. Serviços especiais de prevenção e atendimento às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão. III. Serviço de identificação e localização de parentes ou responsáveis por idosos abandonados em hospitais e instituições de longa permanência.</p> <p>É correto o contido em</p> <p>(A) I e II, apenas. (B) II e III, apenas. (C) I e III, apenas. (D) I, II e III.</p>	<p>14. Ainda em conformidade com o disposto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) é considerado</p> <p>(A) proteção social básica de baixa complexidade. (B) proteção social especial de alta complexidade. (C) proteção social especial de média complexidade. (D) proteção social básica de alta complexidade.</p>
<p>11. Ainda em conformidade com o Estatuto do Idoso, as entidades que desenvolvem programas de institucionalização de longa permanência para idosos adotarão os seguintes princípios:</p> <p>I. preservação dos vínculos familiares. II. atendimento personalizado e em pequenos grupos. III. manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior. IV. co-financiamento com o idoso através de retenção de parte do benefício previdenciário ou de assistência social.</p> <p>Está correto o que se afirma apenas em</p> <p>(A) I, III e IV. (B) II, III e IV. (C) I, II e III. (D) I, II e IV.</p>	<p>15. Em consonância com a Lei 12.594/12, entendem-se por medidas socioeducativas as previstas no art. 112 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - as quais têm por objetivos:</p> <p>I. a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação. II. a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento. III. a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei.</p> <p>É correto o contido em</p> <p>(A) I e II, apenas. (B) II e III, apenas. (C) I e III, apenas. (D) I, II e III.</p>
<p>12. Para os efeitos da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), configura-se violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão</p> <p>(A) baseada no gênero que lhe cause lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial ocorridas exclusivamente no âmbito da unidade doméstica. (B) baseada no gênero que lhe cause lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, ocorridas no âmbito profissional. (C) baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, ocorridas pelo cônjuge, desde que haja união civil legalizada. (D) baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto.</p>	<p>16. São requisitos específicos para a inscrição de programas de regime de semiliberdade ou internação, EXCETO</p> <p>(A) comprovação da existência de estabelecimento educacional com instalações adequadas e em conformidade com as normas de referência. (B) a definição das estratégias para a gestão de conflitos, incluindo a previsão de isolamento cautelar e disciplinar em qualquer caso. (C) a apresentação das atividades de natureza coletiva. (D) a previsão do processo e dos requisitos para a escolha do dirigente.</p>

17. A União, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, realizará avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo em intervalos não superiores a

- (A) 6 meses.
- (B) 1 (um) ano.
- (C) 2 (dois) anos.
- (D) 3 (três) anos.

18. A execução das medidas socioeducativas reger-se-á por princípios, dentre eles o seguinte:

- (A) legalidade, podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto.
- (B) não excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas..
- (C) prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas.
- (D) máxima intervenção.

19. São direitos do adolescente submetido ao cumprimento de medida socioeducativa, sem prejuízo de outros previstos em lei:

- I. ser acompanhado por seus pais ou responsável e por seu defensor, em qualquer fase do procedimento administrativo ou judicial.
- II. peticionar, por escrito ou verbalmente, diretamente a qualquer autoridade ou órgão público, devendo, obrigatoriamente, ser respondido em até 5 (cinco) dias.
- III. receber, sempre que solicitar, informações sobre a evolução de seu plano individual, participando, obrigatoriamente, de sua elaboração e, se for o caso, reavaliação.

É correto o contido em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.

20. O cumprimento das medidas socioeducativas, em regime de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação, dependerá de Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente. Sobre o PIA, é correto afirmar que

- (A) deverá contemplar a participação dos pais ou responsáveis, os quais têm o dever de contribuir com o processo ressocializador do adolescente, sendo esses passíveis de responsabilização administrativa.
- (B) será elaborado unicamente sob a responsabilidade da família, representada pelos pais ou responsável do adolescente.
- (C) será elaborado no prazo de até 20 (vinte) dias da data do ingresso do adolescente no programa de atendimento, para o cumprimento das medidas de semiliberdade ou de internação.
- (D) será elaborado no prazo de até 30 (trinta) dias do ingresso do adolescente no programa de atendimento, para o cumprimento das medidas de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida.